

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1. Natureza jurídica e conceito	1
2. Objeto e abrangência.....	3
3. Codificação e fontes do direito administrativo.....	5
4. Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês	7
5. Sistema administrativo brasileiro.....	8
6. Regime jurídico-administrativo	11

CAPÍTULO 2

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15
1. Noções de Estado	15
1.1. Forma de Estado	16
1.2. Poderes do Estado	17
2. Noções de governo.....	19
2.1. Sistema de governo	19
2.2. Forma de governo	20
3. Administração pública	21
3.1. Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito....	21
3.2. Administração pública em sentido formal, subjetivo ou orgânico	22
3.3. Administração pública em sentido material, objetivo ou funcional.....	24
4. Organização da administração	25
4.1. Entidades políticas e entidades administrativas.....	25
4.2. Noções de centralização, descentralização e desconcentração	26
4.3. Conceito de administração direta, administração indireta e entidades paraestatais	31
4.3.1. Características comuns às entidades da administração indireta	33
4.4. Princípio da organização legal do serviço público	34
4.5. Criação de entidades da administração indireta.....	37

4.6. Criação de subsidiárias e participação no capital de empresas privadas	41
4.7. Entidades em espécie	46
4.7.1. Autarquias	46
4.7.1.1. Conceito	46
4.7.1.2. Criação e extinção	48
4.7.1.3. Natureza jurídica	49
4.7.1.4. Patrimônio	50
4.7.1.5. Atividades desenvolvidas	50
4.7.1.6. Atos e contratos	53
4.7.1.7. Orçamento	53
4.7.1.8. Regime de pessoal	54
4.7.1.9. Nomeação e exoneração de dirigentes	55
4.7.1.10. Capacidade exclusivamente administrativa	56
4.7.1.11. Relação com o ente estatal instituidor	56
4.7.1.12. Controle de desempenho	57
4.7.1.13. Autarquias sob regime especial	58
4.7.1.14. Controle judicial	59
4.7.1.15. Juízo competente	60
4.7.1.16. Privilégios processuais	61
4.7.1.17. Prescrição quinquenal	62
4.7.1.18. Imunidade tributária	63
4.7.1.19. Responsabilidade civil	63
4.7.2. Fundações públicas	64
4.7.2.1. Conceito	64
4.7.2.2. Natureza jurídica	65
4.7.2.3. Regime jurídico	70
4.7.3. Empresas públicas e sociedades de economia mista	74
4.7.3.1. Introdução	74
4.7.3.2. Abrangência do estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei 13.303/2016)	79
4.7.3.3. Conceito	84
4.7.3.4. Criação	88
4.7.3.5. Objeto	93
4.7.3.6. Regime jurídico	94
4.7.3.6.1. Sujeição ao direito privado e ao direito público	94

4.7.3.6.2.	Controle.....	97
4.7.3.6.3.	Prestação de serviço público mediante outorga legal (“descentralização por serviços”).....	98
4.7.3.6.4.	Benefícios fiscais	101
4.7.3.6.5.	Imunidade tributária	102
4.7.3.6.6.	Licitações e contratações com terceiros.....	103
4.7.3.6.7.	Responsabilidade civil.....	105
4.7.3.6.8.	Falência	106
4.7.3.6.9.	Pessoal.....	106
4.7.3.6.10.	Administradores	109
4.7.3.6.11.	Bens.....	112
4.7.3.7.	Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista	116
4.7.3.7.1.	A forma jurídica	117
4.7.3.7.2.	A composição do capital.....	118
4.7.3.7.3.	O foro processual para entidades federais	119
4.7.4.	Consórcios públicos	120

CAPÍTULO 3

ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS	129
1. Órgãos públicos	129
1.1. Teorias sobre a natureza jurídica da relação entre o Estado e os agentes por meio dos quais atua.....	130
1.1.1. Teoria do mandato	130
1.1.2. Teoria da representação	131
1.1.3. Teoria do órgão.....	131
1.2. Conceito de órgão público.....	133
1.3. Características dos órgãos públicos.....	134
1.4. Capacidade processual.....	135
1.5. Classificação.....	136
1.5.1. Órgãos simples e compostos.....	136
1.5.2. Órgãos singulares e colegiados.....	136
1.5.3. Órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos.....	137
2. Agentes públicos.....	138
2.1. Classificação dos agentes públicos.....	140

2.1.1. Agentes políticos.....	140
2.1.2. Agentes administrativos.....	141
2.1.3. Agentes honoríficos.....	141
2.1.4. Agentes delegados.....	142
2.1.5. Agentes credenciados.....	142

CAPÍTULO 4

REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR	143
1. Reforma do Estado e administração gerencial.....	143
2. Contrato de gestão.....	147
3. Terceiro setor: as entidades paraestatais	150
3.1. Serviços sociais autônomos	151
3.2. Organizações sociais.....	154
3.2.1. Introdução.....	154
3.2.2. Seleção e qualificação da entidade privada.....	155
3.2.3. O contrato de gestão firmado pelas organizações sociais...	158
3.2.4. Meios de fomento que poderão constar do contrato de gestão	159
3.2.5. Fiscalização da execução do contrato de gestão	160
3.2.6. Desqualificação da entidade como organização social.....	160
3.2.7. Posição do Supremo Tribunal Federal acerca da validade da Lei 9.637/1998.....	161
3.3. Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) ...	163
3.3.1. Introdução	163
3.3.2. Definição de entidade sem fins lucrativos para efeito de qualificação como organização da sociedade civil de interesse público.....	163
3.3.3. Pessoas que não podem ser qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público.....	164
3.3.4. Áreas de atuação das organizações da sociedade civil de interesse público.....	164
3.3.5. Requerimento da qualificação	165
3.3.6. Formalização da parceria.....	166
3.3.7. Controle e prestação de contas	167
3.3.8. Desqualificação da entidade como organização da sociedade civil de interesse público.....	168
3.3.9. Distinções entre organização social e organização da sociedade civil de interesse público.....	169
3.4. Instituições comunitárias de educação superior (ICES).....	171

3.5. Entidades de apoio	174
3.6. Marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei 13.019/2014)	177
3.6.1. Noções gerais	177
3.6.2. Instrumentos de formalização da parceria: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação	182
3.6.3. Plano de trabalho	184
3.6.4. Normas referentes à organização da sociedade civil.....	186
3.6.4.1. Atuação em rede.....	189
3.6.5. Procedimento de manifestação de interesse social	190
3.6.6. Chamamento público	190
3.6.6.1. Dispensa e inexigibilidade do chamamento público	193
3.6.7. Normas relativas à liberação e à aplicação dos recursos transferidos.....	194
3.6.8. Monitoramento da parceria e prestação de contas	196
3.6.9. Sanções administrativas e responsabilidades.....	200
4. Agências executivas.....	201
5. Agências reguladoras.....	203
5.1. Introdução	203
5.2. Conceito	205
5.3. Forma jurídica	206
5.4. Características	209
5.4.1. Exercício de atividade regulatória.....	210
5.4.2. Instrumentos de ampliação da autonomia administrativa....	213
5.4.3. Poder normativo.....	216
5.5. Controle.....	220
5.6. Enumeração das agências reguladoras federais.....	224

CAPÍTULO 5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	227
1. Introdução.....	227
2. Princípio da supremacia do interesse público	229
3. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	231
3.1. Interesses públicos primários e interesses públicos secundários...	232
4. Princípio da legalidade.....	234
5. Princípio da moralidade	238

6. Princípio da impessoalidade.....	242
7. Princípio da publicidade.....	245
7.1. Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	248
8. Princípio da eficiência.....	257
9. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade	259
10. Princípio da autotutela.....	264
11. Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	266

CAPÍTULO 6

DEVERES E PODERES ADMINISTRATIVOS	269
1. Noções introdutórias.....	269
2. Deveres administrativos.....	270
2.1. Poder-dever de agir.....	270
2.2. Dever de eficiência.....	270
2.3. Dever de probidade.....	271
2.4. Dever de prestar contas	272
3. Poderes da administração pública.....	272
3.1. Poder vinculado	273
3.2. Poder discricionário.....	274
3.2.1. Limites ao poder discricionário	276
3.3. Poder hierárquico.....	278
3.4. Poder disciplinar.....	281
3.5. Poder regulamentar.....	283
3.5.1. Aspectos gerais.....	283
3.5.2. Decretos de execução ou regulamentares.....	284
3.5.3. Decretos autônomos	286
3.5.4. Regulamentos autorizados	288
3.5.5. Controle judicial.....	292
3.6. Poder de polícia.....	292
3.6.1. Introdução e competência para o exercício.....	292
3.6.2. Distinção entre atividade de polícia administrativa e outras atividades estatais.....	294
3.6.3. Modalidades de exercício	297
3.6.4. Sanções aplicáveis e limites.....	299
3.6.5. Fases da atividade de polícia (ciclo de polícia).....	301
3.6.6. Poder de polícia originário e poder de polícia delegado. Exercício de atividades de polícia administrativa por pessoas jurídicas de direito privado.....	303

3.6.7. Atributos do poder de polícia	306
3.6.7.1. Discricionariedade.....	306
3.6.7.2. Autoexecutoriedade.....	307
3.6.7.3. Coercibilidade.....	309
3.6.8. Prescrição.....	309
4. Abuso de poder	312

CAPÍTULO 7

SERVIDORES PÚBLICOS	315
1. Disposições constitucionais gerais relativas aos agentes públicos.....	315
1.1. Acesso a funções, cargos e empregos públicos.....	316
1.1.1. Acessibilidade a brasileiros e a estrangeiros.....	316
1.1.2. Requisitos para o acesso a cargos e empregos públicos..	317
1.1.3. Exigência de concurso público	321
1.1.3.1. Testes psicotécnicos.....	327
1.1.3.2. Antecedência mínima do edital e modificação das condições nele previstas com o concurso em andamento	328
1.1.3.3. Controle da legalidade dos concursos públicos...	329
1.1.3.4. Desrespeito à exigência de concurso público e desvio de função.....	332
1.1.4. Prazo de validade do concurso	336
1.1.5. Direito à nomeação.....	337
1.1.6. Prioridade na nomeação e direito do candidato preterido...	339
1.1.7. Reserva de percentual de cargos e empregos para candidatos com deficiência.....	343
1.1.8. Cargos em comissão e funções de confiança	348
1.1.9. Contratação por tempo determinado.....	356
1.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos.....	361
1.3. Direito de greve dos servidores públicos.....	361
1.4. Disposições constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos	365
1.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual.....	365
1.4.2. Limites (“tetos”) de remuneração dos servidores públicos....	369
1.4.3. Limitação (teórica) aos valores dos vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário	374
1.4.4. Vedação à vinculação e à equiparação de remunerações....	375
1.4.5. Vedação à incidência cumulativa de acréscimos pecuniários	377

1.4.6. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios.....	379
1.4.7. Restrições previstas na Emenda Constitucional 95/2016 ("teto dos gastos públicos").....	384
1.5. Administração tributária.....	385
1.6. Vedação à acumulação de cargos, funções e empregos públicos....	388
2. Disposições constitucionais concernentes aos servidores em exercício de mandatos eletivos	391
3. Disposições constitucionais específicas relativas aos servidores públicos.....	392
3.1. O regime jurídico único e a extinção de sua obrigatoriedade pela EC 19/1998.....	392
3.2. O regime de emprego público na administração federal direta, autárquica e fundacional.....	394
3.3. Planos de carreira e sistema remuneratório dos servidores públi- cos	396
3.4. Extensão aos servidores públicos de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada	399
3.5. Remuneração por subsídio.....	403
3.6. Estabilidade.....	403
3.6.1. Vedação à dispensa imotivada de empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista	407
4. Regime de previdência dos servidores públicos.....	410
5. Disposições legais aplicáveis aos servidores públicos federais (estatu- tários).....	427
5.1. Introdução	427
5.2. Cargos e funções públicas.....	427
5.3. Provimento	428
5.3.1. Provimento originário e provimento derivado	429
5.3.2. Concurso público	432
5.3.2.1. Reserva de vagas para candidatos negros em concursos públicos (Lei 12.990/2014).....	433
5.3.3. Formas de provimento dos cargos públicos.....	436
5.3.3.1. Nomeação.....	436
5.3.3.2. Readaptação.....	438
5.3.3.3. Reintegração.....	438
5.3.3.4. Aproveitamento	439
5.3.3.5. Promoção.....	440
5.3.3.6. Reversão	442
5.3.3.7. Recondução	444
5.4. Posse.....	446

5.5. Exercício	448
5.6. Estágio probatório	450
5.7. Vacância	454
5.8. Remoção.....	456
5.9. Redistribuição	457
5.10. Substituição	458
5.11. Cessão e requisição de servidores.....	460
5.12. Direitos e vantagens dos servidores públicos federais.....	462
5.12.1. Vencimento e remuneração.....	462
5.12.2. Vantagens	466
5.12.2.1. Indenizações	467
5.12.2.2. Retribuições, gratificações e adicionais.....	470
5.12.3. Férias.....	475
5.12.4. Licenças	478
5.12.5. Afastamentos e concessões.....	486
5.13. Regime disciplinar	487
5.13.1. Deveres e proibições.....	488
5.13.1.1. Deveres	488
5.13.1.2. Proibições	490
5.13.1.3. Conflito de interesses (Lei 12.813/2013).....	492
5.13.2. Penalidades	494
5.13.3. Prescrição.....	499
5.13.4. Responsabilidades.....	502
5.14. Sindicância e processo administrativo disciplinar (PAD)	505
5.14.1. Introdução	505
5.14.2. Sindicância.....	506
5.14.3. Processo administrativo disciplinar	507
5.14.3.1. Instauração.....	507
5.14.3.1.1. Afastamento temporário	508
5.14.3.2. Inquérito administrativo.....	508
5.14.3.2.1. Instrução.....	509
5.14.3.2.2. Defesa.....	511
5.14.3.2.3. Relatório.....	512
5.14.3.3. Julgamento.....	512
5.14.4. Rito sumário (acumulação, abandono de cargo, inassiduidade habitual)	515
5.14.5. Revisão do PAD.....	517

CAPÍTULO 8

ATOS ADMINISTRATIVOS	519
1. Introdução.....	519
2. Conceito.....	520
3. Atos privados praticados pela administração pública	521
4. Fatos administrativos	522
5. Classificações	524
5.1. Atos vinculados e discricionários.....	524
5.2. Atos gerais e individuais	528
5.3. Atos internos e externos	530
5.4. Ato simples, complexo e composto.....	531
5.5. Atos de império, de gestão e de expediente.....	534
5.6. Ato-regra, ato-condição e ato subjetivo.....	535
5.7. Ato constitutivo, extintivo, modificativo e declaratório.....	536
5.8. Ato válido, nulo, anulável e inexistente.....	538
5.9. Ato perfeito, eficaz, pendente e consumado.....	541
5.9.1. Ato eficaz <i>versus</i> ato exequível.....	545
6. Requisitos de validade ou elementos dos atos administrativos.....	546
6.1. Competência.....	546
6.1.1. Delegação e avocação de competências.....	548
6.1.2. Excesso de poder, função de fato e usurpação de função	550
6.2. Finalidade.....	551
6.2.1. Desvio de finalidade	552
6.3. Forma	553
6.3.1. Vício de forma.....	554
6.4. Motivo.....	555
6.4.1. Vício de motivo	556
6.5. Objeto.....	558
6.5.1. Vício de objeto.....	559
7. Mérito do ato administrativo	560
8. Motivação.....	563
8.1. Teoria dos motivos determinantes.....	567
9. Atributos do ato administrativo	568
9.1. Presunção de legitimidade	569
9.2. Imperatividade.....	571
9.3. Autoexecutoriedade.....	572
9.4. Tipicidade.....	575

10. Espécies de atos administrativos.....	576
10.1. Atos normativos.....	576
10.2. Atos ordinatórios.....	577
10.3. Atos negociais.....	578
10.3.1. Licença.....	579
10.3.2. Autorização.....	580
10.3.3. Permissão.....	582
10.4. Atos enunciativos.....	583
10.4.1. Certidão e atestado.....	585
10.4.2. Parecer.....	586
10.4.3. Apostila.....	587
10.5. Atos punitivos.....	587
11. Extinção dos atos administrativos.....	588
11.1. Anulação.....	588
11.2. Revogação.....	593
11.2.1. Atos que não podem ser revogados.....	594
11.3. Cassação.....	596
11.4. Outras formas de extinção dos atos administrativos.....	596
12. Convalidação.....	597
13. Conversão.....	603

CAPÍTULO 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	607
1. Introdução.....	607
2. Contratos administrativos e contratos de direito privado da administração pública.....	610
3. Objeto e características gerais dos contratos administrativos.....	613
3.1. Formalismo.....	614
3.2. Contrato de adesão.....	615
3.3. Pessoaalidade (<i>intuitu personae</i>).....	616
4. Prerrogativas de direito público da administração contratante (“cláusulas exorbitantes”).....	617
4.1. Poder de alteração unilateral do contrato.....	619
4.1.1. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	622
4.2. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato.....	624
4.3. Fiscalização da execução do contrato.....	625
4.4. Aplicação direta de sanções.....	626
4.5. Ocupação temporária.....	630

4.6. Restrições à oposição da exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	631
4.7. Exigência de garantia.....	633
4.8. Exigência de medidas de compensação.....	635
5. Prazo de duração e prorrogação dos contratos administrativos.....	637
6. Responsabilidade pela execução do contrato e respectivos encargos...	640
7. Recebimento do objeto do contrato	643
8. Extinção do contrato	645
8.1. Anulação	646
8.2. Rescisão.....	647
9. Teoria da imprevisão	652
9.1. Causas que justificam a inexecução do contrato	653
9.1.1. Força maior e caso fortuito.....	653
9.1.2. Fato do príncipe.....	654
9.1.3. Fato da administração.....	655
9.1.4. Interferências imprevistas	656
10. Principais contratos administrativos.....	656
10.1. Contrato de obra pública.....	656
10.2. Contrato de serviço.....	661
10.3. Contrato de fornecimento.....	662
10.4. Contrato de concessão	664
11. Contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei 13.303/2016).....	666
11.1. Introdução	666
11.2. Características dos contratos regidos pela Lei 13.303/2016.....	669
11.2.1. Forma dos contratos e convocação para assinatura do instrumento	669
11.2.2. Prazo de duração dos contratos	671
11.2.3. Regimes de execução dos contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia.....	671
11.2.4. Exigência de garantia.....	673
11.2.5. Subcontratação.....	674
11.2.6. Alteração dos contratos	674
11.2.7. Responsabilidades e encargos do contratado	676
11.2.8. Fiscalização da execução do contrato	677
11.2.9. Aplicação direta de sanções.....	679
12. Convênios administrativos.....	683
12.1. Transferências de recursos da União mediante convênios e con- tratos de repasse (Decreto 6.170/2007)	688

CAPÍTULO 10

LICITAÇÕES PÚBLICAS	697
1. Introdução.....	697
2. Conceito, finalidade e objeto das licitações públicas.....	701
3. Princípios orientadores das licitações públicas.....	703
3.1. Formalismo	704
3.2. Publicidade dos atos.....	704
3.3. Igualdade entre os licitantes	705
3.3.1. Regras de favorecimento: critérios de desempate, margens de preferência, licitações com participação restrita.....	708
3.3.2. Preferência na contratação de bens, serviços e obras baseada em critérios e práticas de sustentabilidade.....	713
3.3.3. Preferência na contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.....	716
3.4. Sigilo na apresentação das propostas.....	720
3.5. Vinculação ao instrumento convocatório	720
3.6. Julgamento objetivo.....	720
3.7. Proibição e moralidade administrativa	721
3.8. Adjudicação obrigatória ao vencedor.....	722
3.9. Competitividade	722
4. Fases do procedimento licitatório.....	723
4.1. Introdução	723
4.2. Audiência pública.....	724
4.3. Edital	725
4.3.1. Antecedência mínima do edital.....	728
4.3.2. Impugnação administrativa do edital.....	729
4.4. Carta-convite	730
4.5. Comissão de licitação	730
4.6. Habilitação dos licitantes	731
4.6.1. Registros cadastrais.....	734
4.7. Julgamento das propostas	736
4.8. Homologação e adjudicação ao vencedor.....	738
5. Modalidades de licitação.....	739
5.1. Introdução	739
5.2. Concorrência	740
5.3. Tomada de preços.....	741
5.4. Convite	742
5.5. Concurso	743
5.6. Leilão.....	744

5.7. Pregão.....	745
5.8. Consulta.....	751
6. Tipos de licitação	754
7. Sistema de registro de preços.....	757
8. Alienação de bens pela administração pública.....	764
9. Inexigibilidade e dispensa de licitação	766
9.1. Inexigibilidade de licitação	767
9.2. Dispensa de licitação.....	771
9.2.1. Licitação dispensável.....	771
9.2.2. Licitação dispensada	779
9.3. Motivação, ratificação e formalidades exigidas nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação	782
10. Anulação e revogação da licitação.....	783
11. Recursos administrativos	785
12. Normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade (Lei 12.232/2010).....	786
13. Regime diferenciado de contratações públicas – RDC (Lei 12.462/2011)...	793
14. Licitações realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei 13.303/2016).....	804
14.1. Introdução.....	804
14.2. Hipóteses legais de contratação direta	806
14.3. Pessoas impedidas de participar da licitação e de ser contrata- das	811
14.3.1. Pessoas impedidas de participar das licitações para obras e serviços de engenharia	812
14.4. Finalidades e princípios regedores das licitações	813
14.5. Obrigação de elaborar um regulamento interno de licitações e contratos	813
14.6. Critérios de julgamento	814
14.7. Sigilo quanto ao valor estimado do contrato.....	815
14.8. Prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances e im- pugnação do edital	816
14.9. Procedimento da licitação	817
14.10. Revogação e anulação da licitação.....	822

CAPÍTULO 11

SERVIÇOS PÚBLICOS	825
1. Noções introdutórias.....	825
2. Conceito de serviço público	828

2.1. Serviço público em sentido subjetivo e em sentido objetivo	829
2.2. Conceitos amplos e conceitos restritos de serviço público.....	829
2.3. Critérios propostos para identificação de uma atividade como serviço público	831
2.3.1. Essencialistas <i>versus</i> legalistas.....	832
2.3.2. Atividades jurídicas do Estado <i>versus</i> atividades sociais do Estado.....	834
2.4. Definições propostas pela doutrina pátria. Conceito adotado nesta obra	837
3. Classificações	840
4. Distribuição constitucional das competências para a prestação de ser- viços públicos	844
5. Formas de prestação dos serviços públicos.....	848
6. Regulamentação e controle	851
6.1. Direitos básicos dos usuários de serviços públicos (Lei 13.460/2017)	855
7. Concessão e permissão de serviços públicos (Lei 8.987/1995).....	859
7.1. Definições legais e aspectos gerais.....	859
7.2. Licitação prévia à celebração dos contratos.....	865
7.3. Cláusulas essenciais dos contratos.....	870
7.4. Prazo.....	873
7.5. Contratação com terceiros, subconcessão, transferência da con- cessão e transferência de controle societário	877
7.6. Política tarifária	882
7.7. Direitos e obrigações do usuário.....	888
7.8. Obrigações da concessionária (ou permissionária).....	890
7.8.1. Serviço adequado	891
7.9. Prerrogativas do poder concedente.....	893
7.9.1. Intervenção na concessão (ou permissão)	898
7.10. Extinção da concessão (ou permissão).....	900
8. Parcerias público-privadas (Lei 11.079/2004).....	904
8.1. Noções introdutórias.....	904
8.2. Modalidades de parcerias público-privadas	906
8.3. Cláusulas contratuais, contraprestação da administração pública e garantias	909
8.4. Sociedade de propósito específico.....	912
8.5. Licitação prévia à contratação de parcerias público-privadas.....	913
8.6. Regras aplicáveis especificamente à União	917
8.6.1. Órgão gestor de parcerias público-privadas	917
8.6.2. Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.....	918

9. Programa de Parcerias de Investimentos (Lei 13.334/2016).....	922
10. Autorização de serviço público.....	923

CAPÍTULO 12

RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA...	931
1. Conceito.....	931
2. Evolução.....	932
2.1. Irresponsabilidade do Estado.....	932
2.2. Responsabilidade civil com culpa comum do Estado.....	933
2.3. Teoria da culpa administrativa.....	933
2.4. Teoria do risco administrativo.....	934
2.5. Teoria do risco integral.....	934
3. Fundamento da atribuição de responsabilidade civil objetiva à administração pública pelos danos decorrentes de suas atividades.....	936
4. Responsabilidade objetiva na modalidade risco administrativo: art. 37, § 6.º, da Constituição de 1988.....	937
5. Responsabilidade por danos decorrentes de omissão estatal.....	944
6. Força maior e caso fortuito.....	950
7. Danos de obra pública.....	954
8. Atos legislativos.....	956
9. Atos jurisdicionais.....	957
10. A ação de reparação do dano: terceiro lesado x administração.....	958
11. A ação regressiva: administração x agente público.....	962
12. As responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público...	965

CAPÍTULO 13

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	969
1. Introdução.....	969
2. Conceito.....	970
3. Classificação das formas de controle.....	971
3.1. Conforme a origem.....	971
3.1.1. Controle interno.....	971
3.1.2. Controle externo.....	972
3.1.3. Controle popular.....	973
3.2. Conforme o momento de exercício.....	974
3.2.1. Controle prévio ou preventivo (<i>a priori</i>).....	974
3.2.2. Controle concomitante.....	975
3.2.3. Controle subsequente ou corretivo.....	975

3.3. Quanto ao aspecto controlado	976
3.3.1. Controle de legalidade ou legitimidade.....	976
3.3.2. Controle de mérito	977
3.4. Quanto à amplitude	980
3.4.1. Controle hierárquico.....	980
3.4.2. Controle finalístico	981
4. Controle exercido pela administração sobre seus próprios atos (controle administrativo).....	982
4.1. Introdução	982
4.2. Processos administrativos.....	988
4.2.1. Noções gerais	988
4.2.2. Recursos administrativos	990
4.2.2.1. Recurso hierárquico e recurso hierárquico impróprio.....	993
4.2.3. Princípios	995
4.2.3.1. Oficialidade.....	995
4.2.3.2. Informalismo	997
4.2.3.3. Instrumentalidade das formas.....	998
4.2.3.4. Verdade material	999
4.2.3.5. Gratuidade	1001
4.2.3.6. Contraditório e ampla defesa.....	1001
4.3. Prescrição administrativa.....	1002
5. Controle legislativo.....	1008
5.1. Introdução	1008
5.2. Hipóteses constitucionais de controle parlamentar direto.....	1010
5.2.1. Controles exercidos pelo Congresso Nacional.....	1010
5.2.2. Controles específicos exercidos pelo Senado Federal	1013
5.2.3. Controle exercido por meio de comissões.....	1014
5.3. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária na Constituição de 1988	1016
5.3.1. Atribuições dos tribunais de contas.....	1020
5.3.2. Os tribunais de contas e as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (Súmula Vinculante 3)...	1030
6. Controle judiciário	1037
6.1. Introdução	1037
6.2. Controle judicial em espécie	1039
6.2.1. Mandado de segurança	1039
6.2.1.1. Introdução.....	1039
6.2.1.2. Bem jurídico tutelado	1040

6.2.1.3. Objeto	1041
6.2.1.4. Restrições	1043
6.2.1.5. Sujeitos	1045
6.2.1.6. Liminar	1048
6.2.1.7. Aspectos processuais, sentença e coisa julgada ..	1050
6.2.1.8. Prazo	1054
6.2.1.9. Mandado de segurança coletivo	1055
6.2.1.9.1. Introdução	1055
6.2.1.9.2. Objeto e sujeitos.....	1055
6.2.1.9.3. Aspectos processuais e coisa julgada	1058
6.2.1.9.4. Distinção entre mandado de segurança coletivo e ação popular.....	1060
6.2.2. Ação popular	1060
6.2.2.1. Introdução.....	1060
6.2.2.2. Bens jurídicos tutelados	1061
6.2.2.3. Objeto	1062
6.2.2.4. Sujeitos	1064
6.2.2.5. Aspectos processuais, decisão judicial e execução da sentença.....	1066
6.2.3. Ação civil pública.....	1067
6.2.3.1. Introdução.....	1067
6.2.3.2. Bens jurídicos tutelados	1068
6.2.3.3. Objeto	1071
6.2.3.4. Sujeitos	1072
6.2.3.5. Aspectos processuais, decisão judicial e execução da sentença.....	1074
6.2.3.6. Diferenças entre ação civil pública e ação popu- lar.....	1075
7. Improbidade administrativa (Lei 8.429/1992).....	1077
7.1. Aspectos gerais.....	1077
7.1.1. Base constitucional e regulamentação legal.....	1077
7.1.2. Sujeitos passivos	1078
7.1.3. Sujeitos ativos	1079
7.1.4. Natureza das sanções cominadas e cumulação de instân- cias	1080
7.2. Descrição legal dos atos de improbidade administrativa e sanções aplicáveis.....	1082
7.3. Procedimentos administrativos e ações judiciais.....	1086
7.4. Juízo competente	1090
7.5. Prescrição	1092

8. Responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública (Lei 12.846/2013).....	1092
--	------

CAPÍTULO 14

O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (LEI 9.784/1999)	1101
1. Introdução.....	1101
2. Abrangência e aplicação	1102
3. Princípios.....	1102
4. Direitos e deveres dos administrados.....	1104
4.1. Direito a regime de tramitação prioritária.....	1105
5. Início do processo e legitimados a sua instauração.....	1107
6. Impedimento e suspeição	1108
7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo	1109
8. Intimação do interessado.....	1111
9. Instrução e decisão	1113
10. Desistência e extinção do processo	1116
11. Recurso administrativo	1117
12. Contagem de prazos	1121

CAPÍTULO 15

BENS PÚBLICOS	1123
1. Conceito.....	1123
2. Classificação.....	1125
2.1. Quanto à titularidade.....	1126
2.2. Quanto à destinação	1126
2.3. Quanto à disponibilidade	1127
3. Características	1128
3.1. Inalienabilidade.....	1129
3.2. Impenhorabilidade.....	1129
3.3. Imprescritibilidade	1132
3.4. Não onerabilidade.....	1133
4. Afetação e desafetação.....	1133
5. Principais espécies de bens públicos.....	1135
5.1. Terras devolutas.....	1135
5.2. Terrenos de marinha e seus acrescidos.....	1135
5.3. Terrenos reservados	1136
5.4. Terras ocupadas pelos índios.....	1137

5.5. Plataforma continental.....	1137
5.6. Ilhas.....	1138
5.7. Faixa de fronteiras.....	1139
5.8. Águas públicas.....	1139
6. Uso privativo de bens públicos por particulares mediante autorização, permissão e concessão.....	1140

CAPÍTULO 16

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	1147
1. Introdução.....	1147
2. Modalidades de intervenção.....	1149
2.1. Servidão administrativa.....	1150
2.1.1. Instituição da servidão.....	1151
2.1.2. Indenização.....	1152
2.1.3. Extinção.....	1152
2.1.4. Principais características.....	1153
2.2. Requisição.....	1153
2.2.1. Objeto e indenização.....	1154
2.2.2. Instituição e extinção.....	1154
2.2.3. Principais características.....	1154
2.3. Ocupação temporária.....	1155
2.3.1. Instituição, extinção e indenização.....	1155
2.3.2. Características.....	1155
2.4. Limitações administrativas.....	1156
2.4.1. Distinções de outros institutos.....	1157
2.4.2. Instituição e indenização.....	1157
2.4.3. Características.....	1158
2.5. Tombamento.....	1158
2.5.1. Espécies.....	1159
2.5.2. Instituição.....	1159
2.5.3. Processo do tombamento.....	1159
2.5.4. Efeitos do tombamento.....	1160
2.6. Desapropriação.....	1161
2.6.1. Pressupostos.....	1162
2.6.2. Autorização constitucional.....	1163
2.6.3. Bens desapropriáveis.....	1164
2.6.4. Competência.....	1167
2.6.5. Destinação dos bens.....	1168

2.6.6. Procedimento de desapropriação.....	1169
2.6.6.1. Fase declaratória.....	1169
2.6.6.2. Fase executória.....	1171
2.6.7. Ação de desapropriação.....	1172
2.6.7.1. Contestação.....	1172
2.6.7.2. Imissão provisória na posse.....	1173
2.6.7.3. Sentença e transferência do bem.....	1174
2.6.7.4. Indenização.....	1174
2.6.7.5. Desistência da desapropriação.....	1175
2.6.8. Desapropriação indireta.....	1175
2.6.9. Desapropriação por zona.....	1179
2.6.10. Direito de extensão.....	1181
2.6.11. Tredestinação.....	1181
2.6.12. Retrocessão.....	1182
2.6.13. Desapropriação rural.....	1183
2.6.13.1. Indenização.....	1184
2.6.13.2. Procedimento.....	1186
2.6.14. Desapropriação confiscatória.....	1188
2.7. Formas de intervenção previstas no Estatuto da Cidade.....	1192
2.7.1. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	1192
2.7.2. Aplicação do IPTU progressivo no tempo.....	1193
2.7.3. A desapropriação no Estatuto da Cidade.....	1194
2.7.4. Direito de preempção.....	1195
BIBLIOGRAFIA.....	1197